



## Município de Vila Velha de Ródão Câmara Municipal



Grandes Opções do Plano | Plano Plurianual de Investimentos  
Plano de Atividades Municipais | Orçamento | Mapa de Entidades Participadas

# Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2015

REUNIÃO DO EXECUTIVO

De 24/10/2014

  
(O Secretário)

Índice

1. NOTA PRÉVIA.....	3
2. ENQUADRAMENTO.....	3
3. ANÁLISE FINANCEIRA.....	7
3.1. MAPA RESUMO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2015.....	8
3.2. RECEITA PREVISIONAL.....	9
3.2.1. Estrutura das Receitas.....	9
3.3. DESPESA PREVISIONAL.....	11
3.3.1. Critérios adotados na projeção da despesa.....	11
3.3.2. Estrutura das Despesas.....	12
3.3.3. Grandes Opções do Plano 2015.....	16
4. SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO À DATA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO.....	23
5. ANÁLISE COMPARATIVA 2014/2015.....	24
5.1. RECEITA.....	25
5.2. DESPESA.....	25
5.3. EVOLUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL.....	29
6. RÁCIOS FINANCEIROS.....	30
7. MAPA DE PESSOAL 2015.....	31



## 1. NOTA PRÉVIA

Os documentos previsionais que se submetem à apreciação, discussão e deliberação dos órgãos da autarquia, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, conferem veracidade e substância no que concerne à atividade do Município de Vila Velha de Ródão para o ano de 2015. Estes foram elaborados em concordância com a legislação em vigor, designadamente o POCAL<sup>1</sup>, particularmente no que diz respeito aos princípios, regras orçamentais e previsionais e o novo regime financeiro das autarquias locais, lei 73/2013 de 03 de setembro, na matéria em que é possível a sua aplicação.

A classificação económica do orçamento apresentado decorre da aplicação do Decreto-Lei nº26/2002 de 14 de Fevereiro, que visa a obtenção de informação de natureza orçamental normalizada para as administrações públicas central, regional e local.

A estrutura de objetivos e programas das Grandes Opções do Plano (GOP) está em sintonia com a classificação funcional das despesas definidas no POCAL.

## 2. ENQUADRAMENTO

As Grandes Opções do Plano – Plano de Atividades Municipais, Plano Plurianual de Investimentos e respetivo Orçamento – que se apresentam para 2015, constituíram um verdadeiro desafio ao executivo municipal, uma vez que estes documentos foram elaborados numa conjuntura económica complexa, marcado pela atual crise económica e financeira que o país tem vindo a atravessar, bem como pelo programa de assistência financeira a que Portugal esteve sujeito até maio do corrente ano.

A política orçamental continuará a ser fortemente condicionada pela acentuada exigência no que respeita à consolidação das contas públicas, designadamente o Orçamento de Estado para 2015,

---

<sup>1</sup> Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais



com especial enfoque nas transferências financeiras para as autarquias locais e nos níveis de endividamento municipal e nos condicionalismos à atuação do poder local.

Os cortes a que os municípios têm vindo a ser sujeitos exigem, a todos os responsáveis, um maior rigor no sentido de assegurar uma gestão autárquica de qualidade, que corresponda às mais exigentes expectativas dos munícipes.

O enorme aumento de impostos, que ano após ano, têm vindo a ser implementados pelo Governo e a que os portugueses têm sido sujeitos, só poderá ser invertido se todos os organismos públicos, sem exceção, fizerem um esforço no sentido da contenção da despesa. Apenas desta forma se conseguirá aliviar a excessiva carga fiscal a que o povo português está sujeito e que os impede de terem um nível de vida semelhante aos padrões da União Europeia, que todos pretendemos.

Adicionalmente, ao já ocorrido em 2014, prevê também a proposta de lei do Orçamento de Estado para 2015 que os serviços e organismos das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas, de um modo geral, se vejam impedidos de proceder à renovação de vínculos de emprego público a termo resolutivo, sendo que para as administrações locais, a violação do disposto no Orçamento do Estado, determina a redução do montante das transferências da administração central para as autarquias, no montante idêntico ao despendido com a renovação de contratos ou nomeações em causa. O município de Ródão não está, no entanto, sujeito à imposição de reduzir o número de trabalhadores, previsto no artigo 63º da proposta de lei do referido Orçamento de Estado, uma vez que os níveis de endividamento deste não ultrapassam os limites previstos no artigo 52º da lei nº73/2013, de 3 de setembro.

Apesar de todos os condicionalismos, que impõem um rigor e gestão criteriosos, estes não impedem o atual executivo de apostar em áreas consideradas essenciais, no contexto do município e do país, sendo que, para o próximo ano, uma das apostas com maior expressividade centra-se no reforço e consolidação das políticas sociais e na reabilitação urbana. Não obstante estas duas áreas fundamentais e inadiáveis, o executivo municipal irá intensificar esforços no sentido de adquirir terrenos e criar condições para a fixação de empresas, consequentemente, a criação de emprego, outra linha de atuação consideramos de elevada importância.

Porque entendemos como prioritária para a qualidade de vida dos munícipes, a estruturação e requalificação dos espaços públicos, em 2015 vamos promover a conclusão da requalificação urbanística do Cabeço das Pesqueiras, vamos ainda dar início à terceira fase do projeto do Parque Ambiental do Tejo, integrando neste projeto a valorização patrimonial e educativa do sítio



arqueológico da Foz do Enxarrique. Pretendemos efetuar a requalificação do antigo edifício da Maconova, existente no Largo dos Combatentes (Vila Velha de Ródão), que se pretende reconverter em três apartamentos para disponibilizar no mercado de arrendamento, com custos controlados, reforçando com esta iniciativa as políticas sociais de apoio à fixação de pessoas no concelho de Vila Velha de Ródão. O r/c deste edifício ficará disponível para instalar um espaço multisserviços destinado ao apoio às empresas e às instituições que necessitem de instalações para suporte e desenvolvimento das suas atividades.

Em 2014, e apesar das contrariedades advindas da crise económica que Portugal tem vindo a atravessar, reforçámos significativamente as medidas no sentido de inverter esta tendência. Para o efeito, demos continuidade e procedeu-se ao reforço dos apoios direcionados à fixação de famílias e jovens que residam ou pretendam residir no concelho de Ródão.

Foram ainda criadas medidas de incentivo à natalidade, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2014, nomeadamente a frequência gratuita das creches, por parte de todas as crianças cujas famílias residam no concelho.

Outra das medidas sociais de apoio às famílias a que nos propusemos e concretizámos em 2014, passou pela oferta dos manuais escolares e de um kit de material escolar a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico. Esta medida foi bem acolhida pelas famílias, pelo que o executivo equaciona, caso se verifique tal possibilidade, o seu alargamento ao 2º ciclo do ensino básico, pois acreditamos que num momento particularmente difícil como aquele que as famílias atravessam, estas se revelam verdadeiramente importantes.

Ainda que o Estado Central nos obrigue a uma gestão mais rigorosa e criteriosa, não deixaremos de honrar os nossos compromissos para com os municípios, dando continuidade às medidas anteriormente referidas, uma prática nem sempre corrente no nosso país. Não podemos esperar pelo desenvolvimento do país para apoiar e incentivar as famílias que escolheram viver no interior, um interior cada vez mais empobrecido e envelhecido.

Atentos às condições de segurança e conforto das crianças deste concelho, foi efetuado um investimento no parque escolar, com a substituição das coberturas de amianto por outras com melhores condições de isolamento térmico e não prejudiciais para a saúde dessas crianças e dos profissionais que exercem a sua atividade no setor da educação. Com esta medida o executivo deu mais um passo no sentido de reforçar as condições de acolhimento e formação das crianças deste concelho, pois entendemos que o futuro passa por estes jovens nos quais hoje apostamos.

O procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal que tem vindo a ser desenvolvido pelo município, ao longo dos últimos anos, tem conhecido alguns constrangimentos pelas alterações legislativas que têm sido introduzidas, está neste momento numa fase bastante consolidada sendo previsível que este processo seja concluído até final do primeiro quadrimestre de 2015.

Encaramos o próximo exercício económico com o mesmo sentido de responsabilidade, rigor e exigência que sempre assumimos, com uma clara aposta na proteção e estímulo da economia local, das empresas e das famílias, sobretudo as mais vulneráveis. Pretendemos continuar a desenvolver políticas centradas nas pessoas e na qualidade de vida das mesmas e a valorizar os recursos endógenos, fatores de riqueza e progresso.

Importa referir que as Grandes Opções do Plano para 2015 se sustentam, de forma positiva, na situação económica e financeira equilibrada da Câmara:

- ✓ Somos, a nível nacional, uma referência, ao nível das autarquias, no que respeita ao prazo médio de pagamento a fornecedores que no terceiro trimestre de 2014 se situava nos 16 dias.
- ✓ No que respeita aos limites de endividamento, nos termos da Lei das Finanças Locais, apraz-nos dizer, com elevada satisfação, que os mesmos foram cumpridos integralmente.

Na sequência de uma política de investimentos criteriosa e responsável temos hoje, no concelho de Vila Velha de Ródão, um conjunto de infraestruturas que proporcionam aos nossos munícipes uma qualidade de vida ímpar; conseguindo este objetivo sem comprometer a capacidade de investimento do município e, por essa razão, continuamos a investir na melhoria das condições de vida e na fixação de novos residentes.

Bem sabemos que os próximos tempos não serão de facilidades, mas são encarados por nós com a mesma força, determinação e confiança de antes.

*“A virtude cívica encontrou novas expressões em resposta às mudanças económicas e sociais”*

**Lemen**



Página 6

### 3. ANÁLISE FINANCEIRA

Em resultado do Programa de Assistência Financeira a que Portugal se encontra vinculado, que resultou de um acordo entre as autoridades portuguesas, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional (FMI), nos últimos 3 anos observou-se um esforço no sentido da consolidação orçamental, tendo para isso contribuído, também, a reforma na administração local, promovida desde 2011 e da qual resultou um reforço da disciplina orçamental neste subsector do Estado. Foi este reforço de disciplina orçamental que permitiu que, desde meados de 2013, a economia portuguesa tenha iniciado o processo, gradual, de recuperação económica<sup>2</sup>.

No processo de elaboração dos documentos previsionais constituídos pelas Grandes Opções do Plano – Plano de Atividades Municipais, Plano Plurianual de Investimentos e respetivo Orçamento, foram tidas em linha de conta todas as premissas fundamentais num contexto de incerteza económica e financeira, como aquele em que atualmente vivemos.

Deste modo, os referidos documentos previsionais, consubstanciam uma estratégia de rigor e contenção, no sentido da consolidação das finanças municipais, bem como do desenvolvimento sustentável e harmonioso do município, com o propósito da melhoria da qualidade de vida dos munícipes e da disponibilidade de recursos para a promoção de medidas de estímulo à atividade económica.

É esta forma de estar muito própria e a vontade de querer continuar a desenvolver este concelho que, dia após dia, nos dá alento e alimenta a nossa determinação em prosseguir com os projetos que consideramos importantes para o concelho.

À semelhança dos anos anteriores, o processo de planeamento do orçamento anual decorreu de forma participada, envolvendo todas as unidades orgânicas do Município, sob coordenação da Divisão Administrativa e Financeira e orientação do Executivo Municipal. Da consolidação, por classificação económica, de todos os orçamentos setoriais e do PPI<sup>3</sup>, definiu-se o presente Orçamento Municipal para o ano de 2015.

---

<sup>2</sup> De acordo com o Boletim Económico, de outubro de 2014, do Banco de Portugal

<sup>3</sup> Plano Plurianual de Investimentos

### 3.1. MAPA RESUMO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2015

O orçamento municipal para o ano de 2015 atinge os **7.740.000€**, verificando-se assim um aumento na ordem dos **4,59%** face ao orçamento do ano anterior. Este aumento deve-se, essencialmente à revisão da metodologia de dedução do IVA, para o método de afetação mista na sequência das alterações ao nível do quadro normativo nacional e comunitário, que criaram uma oportunidade de melhoria de recuperação do imposto ocorrido pelos municípios, prevendo-se desta forma um aumento significativo de receita nesta rúbrica.

Da análise à estrutura orçamental, refletida no quadro seguinte, verificamos que se encontra assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental previsto no nº 2 do artigo 40º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, segundo o qual a receita corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Receita	7 740 000 €	%	Despesa	7 740 000 €	%
Corrente	6 365 000 €	82%	Corrente	5 412 880 €	70%
Capital	1 375 000 €	18%	Capital	2 327 120 €	30%

Tabela 1: Previsão Orçamental para 2015

Como podemos observar, a *receita corrente* bruta (6.365.000,00€) é superior à *despesa corrente* (5.412.880,00€) acrescida das *amortizações médias dos empréstimos* (126.676,26€), permitindo desta forma gerar um saldo corrente no montante de **825.443,74€**

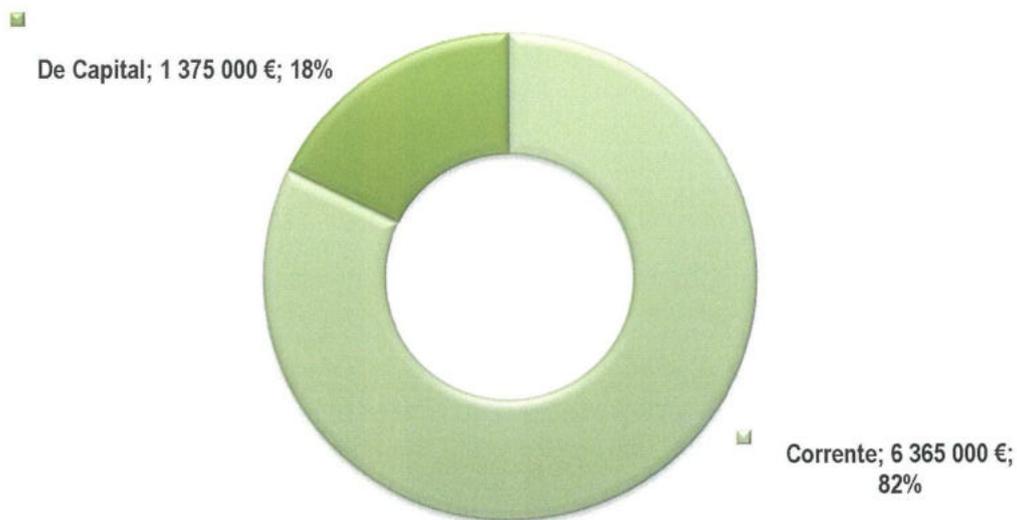
$$\text{Receita Corrente} - (\text{Despesa Corrente} + \text{Amortizações Médias dos Empréstimos}) = 825.443,74$$

### 3.2. RECEITA PREVISIONAL

#### 3.2.1. Estrutura das Receitas

A receita total, subdivide-se de acordo com a sua natureza, em dois grandes grupos, as Receitas Correntes a que corresponde o valor global de **6.365.000€** e as Receitas de Capital a que corresponde um valor de **1.375.000€**.

#### Estrutura da Receita 2015



Cerca de **82%** da receita prevista para 2015 corresponde a **Receita Corrente**, destacando-se neste âmbito as rúbricas das **Transferências Correntes, Impostos Diretos e Venda de Bens e Serviços Correntes**.



Cerca de **97,47%** das **Transferências Correntes** são provenientes da **Administração Central**. Da análise das transferências da Administração Central para o município, verificamos que este recurso registou um aumento na ordem dos **5,6%**, encontrando-se repartido da seguinte forma:

Fundo de Equilíbrio Financeiro: **84,38%**, Fundo Social Municipal: **0,75%** e Participação Variável no IRS<sup>4</sup>: **1,53%**.

A Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados representa **4,06%** das receitas provenientes da Administração Central.

Neste capítulo justifica-se, ainda, realçar as transferências referentes aos acordos de colaboração existentes entre o Município e o Ministério da Educação, no contexto de execução de transferência de competências do pessoal não docente, e da comparticipação ao nível das refeições, transportes escolares, das atividades de apoio à família e atividades extra-curriculares. Estas representam **7,73%** das transferências provenientes da Administração Central.

A restante receita prevista, cerca de **18%** corresponde à **Receita de Capital**, destacam-se neste grupo as **Transferências de Capital** (FEF<sup>5</sup>+FEDER<sup>6</sup>+FEADER<sup>7</sup>), que representam **15,66%** da Receita Total e **88,16%** da Receita de Capital.

De referir ainda que a repartição do FEF Corrente/Capital se encontra distribuído da seguinte forma:



Na tabela 2 que se encontra na página seguinte, podemos fazer uma análise da receita estimada para 2015 de acordo com a classificação económica da mesma.

<sup>4</sup> Participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

<sup>5</sup> Fundo de Equilíbrio Financeiro

<sup>6</sup> Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

<sup>7</sup> Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

Capítulos	Previsão 2015	%	Tx. Cresc.
<b>Receitas Correntes</b>	<b>6 365 000 €</b>	<b>82,24%</b>	<b>11,87%</b>
<i>Impostos Diretos</i>	716 573 €	9,26%	14,85%
<i>Impostos Indiretos</i>	8 007 €	0,10%	-15,37%
<i>Taxas Multas e Outras Penalidades</i>	20 360 €	0,26%	-9,38%
<i>Rendimentos de Propriedade</i>	273 668 €	3,54%	3,92%
<i>Transferências Correntes</i>	4 455 892 €	57,57%	6,46%
<i>Venda de Bens e Serviços Correntes</i>	546 780 €	7,06%	-1,57%
<i>Outras Receitas Correntes</i>	343 720 €	4,44%	1070,23%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1 375 000 €</b>	<b>17,76%</b>	<b>-19,60%</b>
<i>Venda de Bens de Investimento</i>	162 600 €	2,10%	-13,51%
<i>Transferências de Capital</i>	1 212 200 €	15,66%	-19,15%
<i>Outras Receitas de Capital</i>	200 €	0,00%	-92,00%
<i>Reposições não abatidas aos pagamentos</i>	0 €	0,00%	-100,00%
<b>Receita Total</b>	<b>7 740 000 €</b>	<b>100%</b>	<b>4,59%</b>

Tabela 2: Perfil da Receita 2015

### 3.3. DESPESA PREVISIONAL

#### 3.3.1. Critérios adotados na projeção da despesa

No que respeita à previsão da despesa, foram tidas em conta todas as normas e especificidades técnicas previstas no POCAL<sup>8</sup>.

As autarquias locais deverão inscrever em orçamento, em primeiro lugar, as despesas consideradas obrigatórias, bem como os compromissos assumidos, entre elas estão:



<sup>8</sup> Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

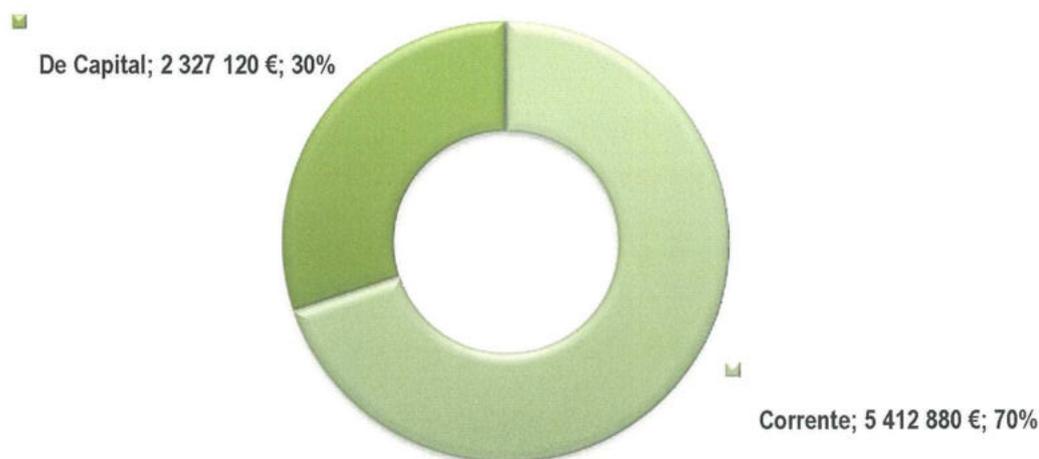
A previsão da despesa orçamental iniciou-se pela aferição das obrigações legais, dos compromissos assumidos para anos seguintes e das obrigações assumidas durante o ano de 2014 e que irão transitar para a gerência 2015, sob a forma de contratos de aquisições de bens e serviços e de empreitadas de obras em execução, assim como, pelo apuramento das despesas obrigatórias e permanentes, entre elas, as despesas com o pessoal, de funcionamento (comunicações, energia, água, combustíveis, etc.) e com a satisfação do serviço da dívida (amortizações e juros).

No que concerne às despesas de funcionamento, a estimativa teve por base os valores que se têm vindo a registar nos últimos anos, bem como a adequação destes, numa tentativa de reforço da disciplina orçamental, com vista à redução da despesa e ao reforço de uma gestão mais eficiente e racional.

### 3.3.2. Estrutura das Despesas

Por forma a dar cumprimento ao estabelecido no princípio do equilíbrio orçamental, a **Despesa Total** orçamentada para o ano de 2015 ascende a **7.740.000€**. Ao grupo das **Despesas Correntes** cabe um montante acumulado de **5.412.880€**, ascendendo as **Despesas de Capital** a **2.327.120€**.

## Estrutura da Despesa 2015



No quadro que se segue, podemos fazer uma análise da despesa estimada para 2015 de acordo com a classificação económica da mesma.

Capítulos	Previsão	%	Tx . Cresc.
<b>Despesas Correntes</b>	<b>5 412 880 €</b>	<b>69,93%</b>	<b>7,10%</b>
Despesas com Pessoal	2 485 479 €	32,11%	0,41%
Aquisição de Bens e Serviços	2 174 353 €	28,09%	12,71%
Juros e Outros Encargos	5 120 €	0,07%	-41,49%
Transferências Correntes	617 278 €	7,98%	27,01%
Subsídios	23 850 €	0,31%	-8,27%
Outras Despesas Correntes	106 800 €	1,38%	-16,85%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2 327 120 €</b>	<b>30,07%</b>	<b>-0,81%</b>
Aquisição de Bens de Capital	1 989 000 €	25,70%	3,76%
Transferências de Capital	110 800 €	1,43%	-44,60%
Ativos Financeiros	101 020 €	1,31%	98,08%
Passivos Financeiros	126 100 €	1,63%	-28,76%
Outras Despesas de Capital	200 €	0,00%	-83,33%
<b>Despesa Total</b>	<b>7 740 000 €</b>	<b>100%</b>	<b>4,59%</b>

Tabela 3: Perfil da Despesa 2015

Destacam-se, ao nível das **Despesas Correntes**, o predomínio das despesas com pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços, que representam, respetivamente, **45,92%** e **40,17%** do perfil deste grupo de despesas, equivalendo a **32,11%** e **28,09%** das despesas totais, respetivamente.

No que concerne ao grupo da **Aquisição de Bens e Serviços**, e através da análise do gráfico, verificamos que as **aquisições de serviços** representam a maioria das despesas estimadas neste âmbito absorvendo cerca de **61%** do valor disponível para esta rubrica, a que equivale a **1.327.553€**. Os restantes **39%** correspondem à rubrica da **aquisição de bens** para a qual se estima um montante de **846.800€**.



Continuando a análise das **Despesas Correntes**, podemos verificar que, as **Transferências Correntes**, contam com uma dotação de **617.278€**, o que representa **11,40%** daquela natureza de despesa e **7,98%** da despesa total estimada, sendo que **53,93%** dessas transferências são destinadas a **Instituições sem Fins Lucrativos**, tais como, Associações Culturais, Recreativas, Desportivas e IPSS's. Os acordos de execução com as **Juntas de Freguesia** deste concelho absorvem cerca de **22,26%** da rúbrica em análise e **13,61%** do valor é direcionado para prestar apoio às **famílias**. Este apoio será prestado sob a forma de *atribuição de bolsas de estudo* a jovens estudantes do ensino superior, para *apoio à fixação de jovens e famílias no concelho* e o apoio aos *estratos sociais mais desfavorecidos*. Os restantes **10,21%** cabem a **Outras Entidades**, entre elas encontra-se a Associação de Municípios e Administração Central.

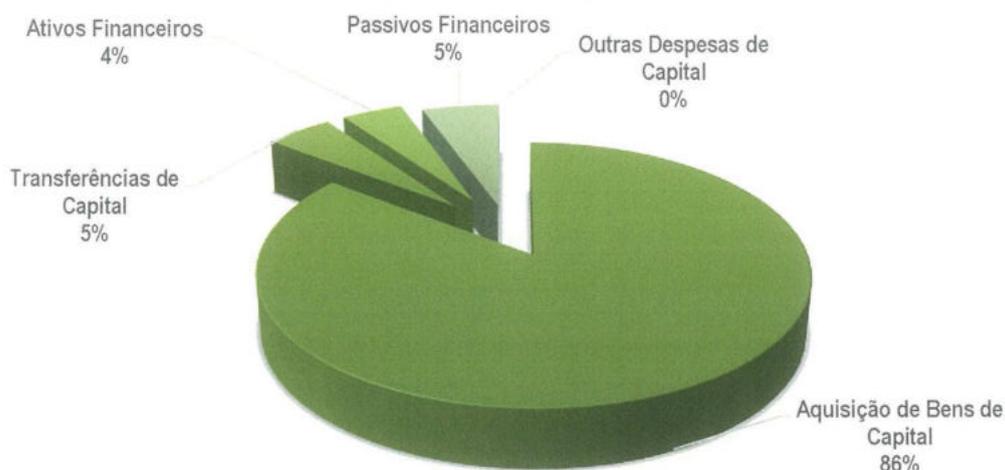
Nesta rúbrica estão enquadradas todas as transferências correntes a efetuar, no âmbito dos protocolos celebrados nas áreas da educação, associativismo, ação social, assim como, os acordos de execução com as Juntas de Freguesia.

### Transferências Correntes 2015



Passamos agora à análise das **Despesas de Capital**, como podemos verificar, nesta classe destaca-se a rúbrica **Aquisição de Bens de Capital**. Importa referir que esta rúbrica representa cerca de **85,5%** das despesas de capital e cerca de **25,7%** das despesas totais.

## Despesas de Capital



As rubricas, Passivos Financeiros, Transferências de Capital, Ativos Financeiros e Outras Despesas de Capital, consomem menos recursos, representado respetivamente, **5,42%**, **4,76%**, **4,34%** e **0,009%** do total das Despesas de Capital correspondendo a **1,63%**, **1,43%**, **1,31%** e **0,003%** da Despesa Total.

Na tabela 4 procurou-se efetuar uma análise mais realista e aproximada do peso dos encargos de funcionamento no total da despesa, assim como do investimento direto e indireto, para tal procedeu-se à distribuição da despesa segundo um critério de agregação.

Agregação	Capítulos	Dotação	Peso
<b>Funcionamento</b>	Despesas com Pessoal	2 485 479 €	<b>61,58%</b>
	Aquisição de Bens e Serviços	2 174 353 €	
	Outras Despesas Correntes	106 800 €	
	<b>Sub-Total</b>	<b>4 766 632 €</b>	
<b>Investimento</b>	Aquisição de Bens de Capital	1 989 000 €	<b>27,13%</b>
	Transferências de Capital	110 800 €	
	<b>Sub-Total</b>	<b>2 099 800 €</b>	
<b>Serviço da Dívida</b>	Juros e Outros Encargos	5 120 €	<b>1,70%</b>
	Passivos Financeiros	126 100 €	
	<b>Sub-Total</b>	<b>131 220 €</b>	
<b>Outras Despesas</b>	Transferências Correntes	617 278 €	<b>9,59%</b>
	Subsídios	23 850 €	
	Ativos Financeiros	101 020 €	
	Outras Despesas de Capital	200 €	
	<b>Sub-Total</b>	<b>742 348 €</b>	
<b>Despesa Total</b>		<b>7 740 000 €</b>	<b>100%</b>

Tabela 4: Repartição das Despesas

Como é do conhecimento geral, nas despesas de funcionamento de uma autarquia as que têm maior representatividade são as **Despesas com Pessoal** e com a **Aquisição de Bens e Serviços**. Estas dizem respeito a despesas com a aquisição de bens e serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas correspondentes a encargos com instalações, transportes, conservação de bens, comunicações, combustíveis, energia, água, representação municipal, seguros, estudos e consultadoria e encargos da cobrança de receitas, prestações de serviços no âmbito da Educação referente a transferências assumidas com as atividades de enriquecimento curricular, transportes e refeições escolares.

### 3.3.3. Grandes Opções do Plano 2015

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2015, são constituídas pelo *Plano Plurianual de Investimentos*, onde se encontram previstas as grandes linhas de intervenção do município, pelo *Plano de Atividades Municipais*, tal como o nome indica, contempla as diferentes atividades previstas por cada uma das unidades orgânicas do município. Nas restantes despesas orçamentais, *Extra-Plano*, encontram-se previstas as despesas com pessoal e outras despesas gerais de funcionamento, não afetas a uma atividade específica.

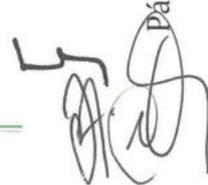
As GOP's contêm as orientações políticas fundamentais, bem como, a estratégia de desenvolvimento local, os principais projetos e ações que o município prevê concretizar.

Sob pena de tudo o resto deixar de fazer sentido foi, uma vez mais, preocupação deste executivo procurar conter o despovoamento, atrair população para o concelho, assegurar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos munícipes, prestar um serviço público de qualidade, não descurando outras áreas consideradas essenciais como, a educação, a cultura, o ambiente, a ação social e a manutenção dos espaços públicos.

A inversão desta tendência, transversal ao interior do país, passa pela tomada de decisões a vários níveis, designadamente no sentido de criar condições favoráveis à instalação de casais jovens, criação de emprego e atração de investimento para o concelho.

Algumas das medidas que prevemos implementar e que visam a inversão desta tendência, são:

- ✓ Reabilitação de edifício para construção de apartamentos, para alugar a pessoas interessadas em fixar a sua residência neste concelho;
- ✓ Apoio à construção, reparação ou aquisição de habitação;



- ✓ Apoio específico para a fixação de famílias numerosas através da atribuição de um subsídio anual que pode variar entre 50 e 100% do valor da renda de casa até ao limite máximo de 275€;
- ✓ Isenção do pagamento das mensalidades devidas pela frequência de creches, desde que se situem na área do município e sejam frequentadas por crianças filhas de residentes;
- ✓ Atribuição de bolsas de estudo no âmbito do sistema de apoios sociais para a frequência de cursos ministrados em instituições de ensino superior;
- ✓ Oferta dos manuais escolares ao 1º ciclo
- ✓ Medidas de apoio a idosos para acesso lares e Centros de Dia
- ✓ Serviço de teleassistência domiciliária.

	Montante 2015	Peso (%)	Tx Cresc.
<b>PAM</b>	<b>2 405 308 €</b>	<b>31,08%</b>	<b>1,88%</b>
<b>Extra-Plano</b>	<b>3 345 692 €</b>	<b>43,23%</b>	<b>7,16%</b>
<b>PPI</b>	<b>1 989 000 €</b>	<b>25,70%</b>	<b>3,76%</b>
<b>Total</b>	<b>7 740 000 €</b>	<b>100%</b>	<b>4,59%</b>

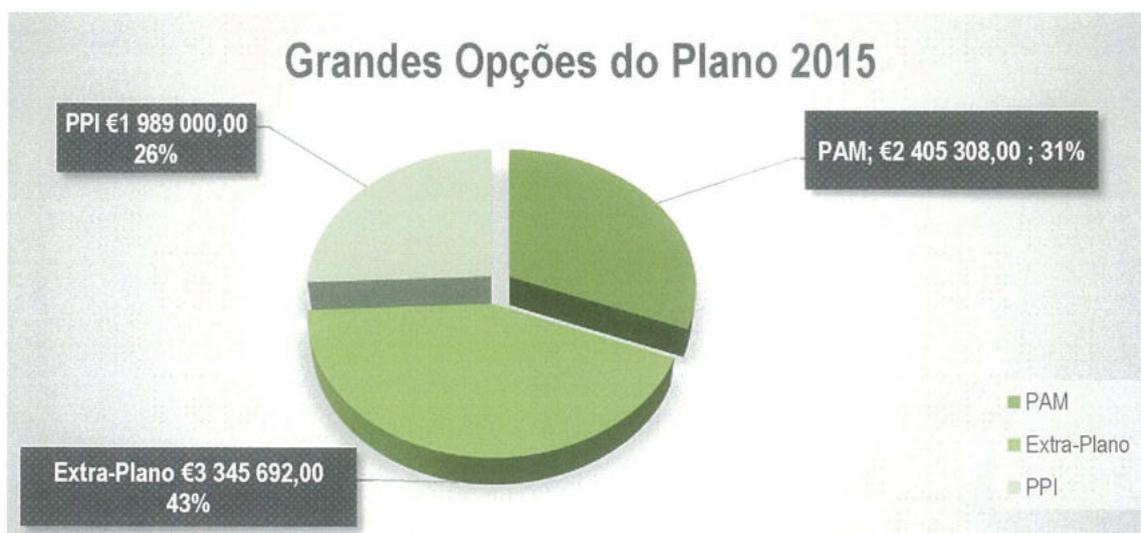
Tabela 5: Repartição das Despesas – Opções do Plano 2015

Da análise à tabela 5 verificamos que **31,08%** das dotações da despesa dizem respeito aos **Planos de Atividade** apresentados pelas diversas unidades orgânicas da autarquia, o que corresponde a um montante de **2.405.308€**.

Para o **Plano Plurianual de Investimentos**, foi orçamentado um montante de **1.989.000€**, o que corresponde a **25,70%** das despesas previstas a realizar em 2015.

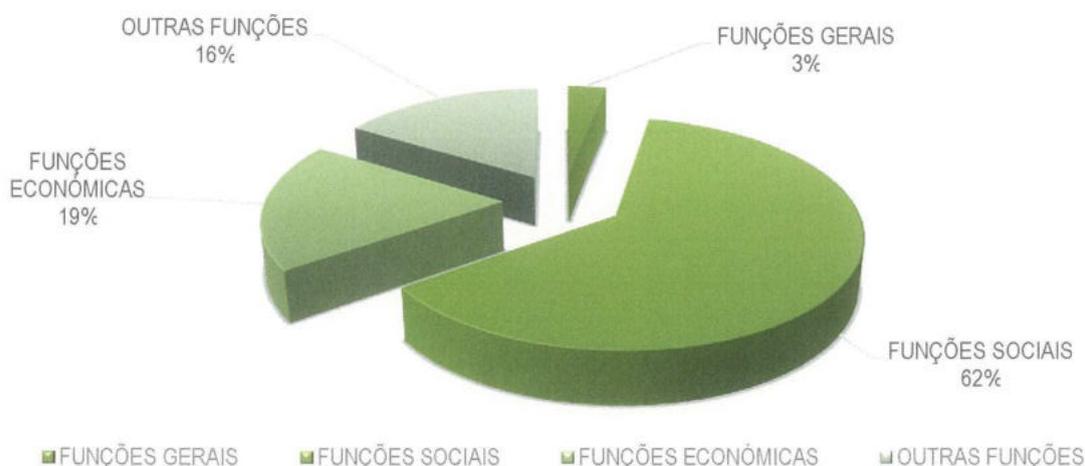
O valor do **Extra-Plano** representa **43,23%** das dotações da despesa, a que corresponde um montante de **3.345.692€**. Neste, incluem-se as despesas com pessoal e outras despesas gerais de funcionamento, não afetadas diretamente a nenhuma atividade.

No geral, o **Orçamento Previsional** sofreu um aumento de **4,59%** face ao ano anterior, resultado do acréscimo das despesas inscritas em planos (GOP's) e das restantes despesas orçamentais não inscritas em planos, tendo-se verificado nestas um acréscimo de 7,16%.



No que respeita ao **Plano de Atividades Municipais**, que contempla as atividades municipais, este apresenta para 2015 um valor estimado de **2.405.308€** o que reflete um acréscimo de cerca de **1,88%** face ao ano anterior. Em termos funcionais, verificamos que as **funções sociais** são aquelas que mais se destacam neste universo, absorvendo cerca de **62,19%** dos recursos disponíveis. A representatividade que as funções sociais revelam ao nível do Plano de Atividades Municipais, justifica-se pela estratégica adotada pelo executivo municipal e que passa pela valorização e fixação de pessoas no concelho de Ródão. Passa ainda pela preocupação com os estratos sociais mais desfavorecidos, canalizando verbas para apoio à educação, com a atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentem o ensino superior e para os apoios ao nível da ação social e da habitação. Todas estas medidas têm como objetivo assegurar a melhor qualidade de vida dos residentes, o de combater o despovoamento procurando, num futuro não muito longínquo, inverter a situação demográfica deste concelho.

### Plano de Atividades Municipais por Funções



Como podemos observar no esquema que se encontra abaixo, a área que mais se destaca, ao nível das **Funções Sociais** do PAM<sup>9</sup>, é a da **Segurança e Ação Social**, que representa cerca de **37,61%** da despesa sectorizada para o próximo ano, esta sofreu um aumento na ordem dos 2%, em resultado da política adotada pelo executivo no que concerne à fixação de pessoas. Seguem-se as áreas da **Habituação e Serviços Coletivos** e os **Serviços Culturais e Recreativos** que representam, respetivamente, 28,68% e 19,78% da despesa prevista e a Educação que consome cerca de 13,93% dos recursos. Esta rubrica sofreu um acréscimo de 18,15% face a 2014, justificado pela medida prevista no Regulamento de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias no que concerne à oferta de manuais escolares e ao reforço da rubrica dos transportes escolares em todos os ciclos de ensino.



<i>Divisão/Serviço</i>	<b>2015</b>	<b>Peso (%)</b>	<b>Variação (%) 14/15</b>
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>72 200 €</b>	<b>3,00%</b>	<b>-36,11%</b>
<i>Serviços Gerais da Admin. Pública</i>	30 700 €	1,28%	-34,68%
<i>Segurança e Ordem Pública</i>	41 500 €	1,73%	-37,12%
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>1 495 810 €</b>	<b>62,19%</b>	<b>-1,54%</b>
<i>Educação</i>	208 350 €	8,66%	18,16%
<i>Segurança e Ação Social</i>	562 560 €	23,39%	1,46%
<i>Habituação e Serviços Coletivos</i>	429 000 €	17,84%	-7,34%
<i>Serv. Culturais, Recreativos e Religiosos</i>	295 900 €	12,30%	-9,07%
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>447 500 €</b>	<b>18,60%</b>	<b>33,01%</b>
<i>Agricult., Pecuárias, Silvicult., Caça e Pesca</i>	63 500 €	2,64%	-18,53%
<i>Indústria e Energia</i>	200 000 €	8,31%	11,11%
<i>Comércio e Turismo</i>	14 000 €	0,58%	-40,43%
<i>Outras Funções Económicas</i>	170 000 €	7,07%	209,09%
<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>389 798 €</b>	<b>16,21%</b>	<b>-0,63%</b>
<i>Operações da Dívida Autárquica</i>	131 200 €	5,45%	-29,27%
<i>Transferências entre Administrações</i>	157 378 €	6,54%	1,89%
<i>Diversas não especificadas</i>	101 220 €	4,21%	93,54%
<b>TOTAL</b>	<b>2 405 308 €</b>	<b>100%</b>	<b>1,88%</b>

Tabela 6: Plano de Atividades Municipais - Despesa Setorizada

<sup>9</sup> Plano de Atividades Municipais

Na tabela 6, apresentada na página anterior, é efetuada uma análise detalhada da despesa sectorizada por funções ao nível do **Plano de Atividades Municipais**, na qual podemos verificar que a rubrica que contém maior dotação orçamental é a da Segurança e Ação Social, para a qual foi canalizada uma verba de 562.560€, o que representa cerca de 23,39% da despesa total do PAM. Segue-se a Habitação e Serviços Coletivos e Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, com respetivamente 17,84% e 12,30% da despesa setorizada.

Quanto ao **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**, contempla para o ano de 2015, um montante de **1.989.000€**. No que respeita a este plano, verificamos que sofreu um aumento na ordem dos 3,76% face ao ano anterior, a que corresponde um montante de 72.050€, resultante dos projetos previstos na área da Requalificação Urbana.

Em termos funcionais, as dotações previstas para o Plano Plurianual de Investimentos encontram-se repartidas da seguinte forma:



Divisão/Serviço	2015	Peso (%)	Varição (%) 2014/2015
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>416 500 €</b>	<b>20,94%</b>	<b>19,68%</b>
Serviços Gerais da Administração Pública	409 500 €	20,59%	19,21%
Segurança e Ordem Pública	7 000 €	0,35%	55,56%
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>1 400 500 €</b>	<b>70,41%</b>	<b>42,84%</b>
Educação	40 500 €	2,04%	-46,71%
Segurança e Ação Social	- €	0,00%	-100,00%
Habitação e Serviços Coletivos	931 900 €	46,85%	94,31%
Serv. Culturais, Recreativos e Religiosos	428 100 €	21,52%	1,18%
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>172 000 €</b>	<b>8,65%</b>	<b>-70,77%</b>
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	5 000 €	8,77%	100,00%
Indústria e Energia	43 000 €	2,16%	0,00%
Transportes e Comunicações	67 000 €	3,37%	-87,42%
Comércio e Turismo	57 000 €	2,87%	338,46%
<b>TOTAL</b>	<b>1 989 000 €</b>	<b>100%</b>	<b>3,76%</b>

Tabela 7: Plano Plurianual de Investimentos - Despesa Setorizada

Na tabela 7 temos uma análise detalhada da despesa setORIZADA por funções ao nível do **Plano Plurianual de Investimentos**, na qual podemos verificar que a rúbrica que contém maior dotação orçamental é a da *Habituação e Serviços Coletivos*, para a qual foi canalizada uma verba de 931.900€, o que representa cerca de 46,85% da despesa setORIZADA, é importante salientar que esta rúbrica sofreu um aumento de 94,31%. Justifica este aumento a criação de um plano de ação nas áreas de intervenção prioritária ao nível da requalificação urbana na freguesia de Vila Velha de Ródão, na qual está prevista a aquisição de prédios urbanos degradados, a construção e recuperação de habitações e a criação de espaços verdes. Seguem-se os *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* e os *Serviços Gerais da Administração Pública*, com respetivamente 21,52% e 20,59% da despesa setORIZADA.

As **funções gerais** correspondem aos serviços de administração geral e de proteção civil e bombeiros. As **funções sociais** incluem as áreas da educação, habitação e serviços coletivos, da ação social, do ordenamento do território, da proteção do meio ambiente, da cultura e desporto. E finalmente as **funções económicas**, onde estão integradas a agricultura, pecuária e silvicultura, indústria e energia, os transportes e comunicações e o comércio e turismo.

Apraz-nos salientar o acréscimo percentual na ordem dos 42,84%, verificado ao nível das **funções sociais**, uma área que, desde a primeira hora, tem sido uma preocupação do executivo. Estas mantêm, em termos absolutos, o destaque no que em matéria de investimento programado diz respeito, em cerca de **1.400.500€**. Estes, destinam-se a aplicar em projetos ao nível da **habitação** (com a aquisição de prédios, terrenos e requalificação urbana), ao nível da **educação**, com implementação de melhorias das condições do parque escolar. De ressaltar ainda, que a rúbrica da *Habituação e Serviços Coletivos* sofreu um aumento na ordem dos 94,31%, pois o executivo vai desenvolver todos os esforços necessários para criar condições de excelência à fixação de famílias no concelho de Ródão.

Quando analisado o investimento por classificação económica da despesa, temos a seguinte tabela:

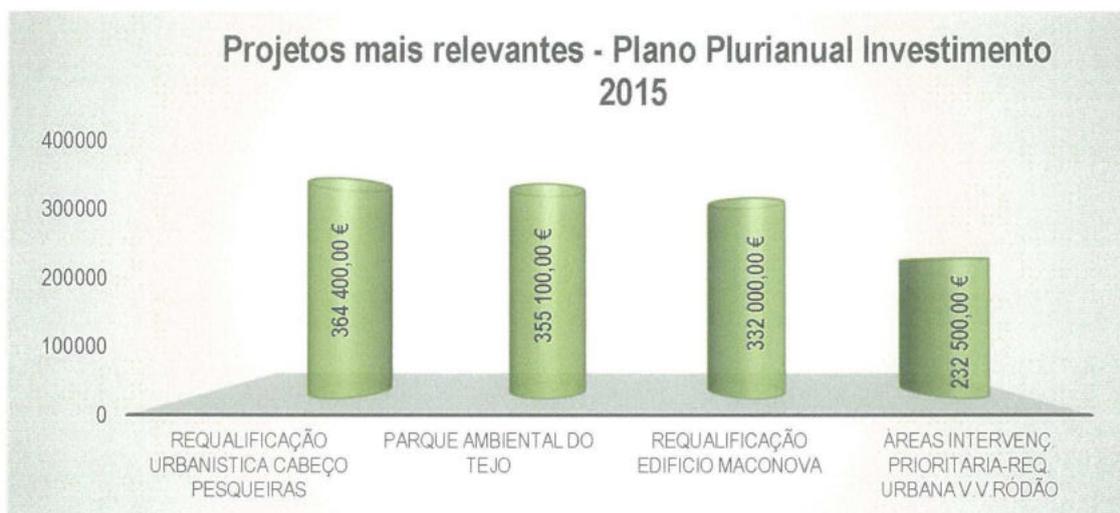
<i>Económica</i>	2015	(%)	Varição 2014/2015
<b>Terrenos</b>	<b>88 000 €</b>	<b>4,42%</b>	<b>23,94%</b>
<b>Habitação</b>	<b>157 000 €</b>	<b>7,89%</b>	<b>4,32%</b>
<i>Construção</i>	19 000 €	0,96%	-81,19%
<i>Aquisição</i>	16 500 €	0,83%	-55,41%
<i>Reparação e Beneficiação</i>	121 500 €	6,11%	100,00%
<b>Edifícios</b>	<b>441 500 €</b>	<b>22,20%</b>	<b>15,73%</b>
<i>Instalações de Serviços</i>	16 000 €	0,80%	-38,46%
<i>Instalações Desportivas e</i>	43 500 €	2,19%	-81,72%
<i>Outros</i>	382 000 €	19,21%	225,11%
<b>Construções Diversas</b>	<b>194 200 €</b>	<b>9,76%</b>	<b>35,80%</b>
<i>ETAR'S</i>	25 000 €	1,26%	100,00%
<i>Iluminação Pública</i>	2 000 €	0,10%	-83,33%
<i>Parques e Jardins</i>	13 000 €	0,65%	-67,50%
<i>Instalações Desportivas e</i>	21 000 €	1,06%	20,00%
<i>Captação e Distribuição de Água</i>	0,00 €	0,00%	-100,00%
<i>Cemitérios</i>	5 000 €	0,25%	-50,00%
<i>Outros</i>	128 200 €	6,45%	141,89%
<b>Material de Transporte</b>	<b>13 000 €</b>	<b>0,65%</b>	<b>-85,39%</b>
<b>Informática</b>	<b>36 500 €</b>	<b>1,84%</b>	<b>-78,48%</b>
<b>Equipamento Administrativo</b>	<b>1 500 €</b>	<b>0,08%</b>	<b>-73,91%</b>
<b>Equipamento Básico</b>	<b>182 800 €</b>	<b>9,19%</b>	<b>20,78%</b>
<b>Equipamento. Básico - Outros</b>	<b>41 000 €</b>	<b>2,06%</b>	<b>-61,77%</b>
<b>Bens de Domínio Público</b>	<b>833 500 €</b>	<b>41,91%</b>	<b>28,63%</b>
<i>Viadutos, arruamentos e obras compl.</i>	404 500 €	20,34%	-1,46%
<i>Sist. Drenagem Águas Residuais</i>	0,00 €	0,00%	-100,00%
<i>Parques e Jardins</i>	373 500 €	18,78%	366,88%
<i>Captação e Distribuição de Água</i>	25 000 €	1,26%	150,00%
<i>Viação Rural</i>	14 500 €	0,73%	-89,90%
<i>Outros</i>	16 000 €	0,80%	433,33%
<b>TOTAL</b>	<b>1 989 000 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,76%</b>

Tabela 8: Investimento por classificação económica da despesa

Agregado o investimento por projetos, verificamos que cerca de 20,34% da dotação prevista para o Plano Plurianual de Investimentos será aplicado ao nível dos **Bens de Domínio Público** na requalificação de *viadutos, arruamentos e obras complementares*. Dentro ainda da mesma rúbrica prevê-se um investimento na ordem dos 18,78% para aplicar em melhoramentos a efetuar em *Parques e Jardins*.

No que respeita à classificação económica do investimento – **Edifícios** prevê-se alocar para a mesma rúbrica um montante de 441.500€, o que representa 22,20% sobre o montante total do

PPI, sendo que a grande parte desta rubrica será afeta à requalificação do edifício, no Largo dos Combatentes, para habitação, com a construção de três apartamento para aluguer a famílias que se pretendam fixar no concelho e para serviços.



#### 4. SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO À DATA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

No que respeita ao limite anual de endividamento por parte das autarquias locais, estas devem ter em conta o disposto no nº1 do artigo 52º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais). O limite da dívida total para cada município é apurado da seguinte forma: "...em 31 de dezembro de cada ano, a dívida total do município não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

De referir ainda que, sempre que o município cumpra os limites previstos no nº1 do artigo 52º da referida lei, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, de acordo com o previsto na b) do nº3 do artigo 52º da lei nº73/2013.

A tabela 9 reflete a posição do município face ao endividamento, no 3º trimestre de 2014, verificando-se ainda que os limites legalmente definidos se encontram em cumprimento.

Limite da Dívida Total Art.º52 Lei 73/2013 (1)	Margem Absoluta 1/1/2014 (2)	Margem Utilizável (3)=(2)x20% (3)	Dívida Total 20/09/2014 (4)	Margem (5)= (1)-(4) (5)	Margem Disponível para Utilizar
7.407.457€	6.516.320€	1.303.264€	1.043.514€	6.363.942€	1.150.887€

Tabela 9: Situação do endividamento à data de elaboração do orçamento<sup>10</sup>

Não poderíamos ainda deixar de salientar que o **Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores** no final do 3º Trimestre se encontrava nos 16 dias, situação esta que muito nos satisfaz e que não poderíamos deixar de ressaltar, tendo em conta o panorama nacional no que refere a esta matéria.

## 5. ANÁLISE COMPARATIVA 2014/2015

Quando olhamos para o orçamento para 2015 verificamos que este sofreu um aumento na ordem dos 4,59% (340.000€), em virtude da referida revisão da metodologia de dedução do IVA, para o método de afetação mista, prevendo-se desta forma um aumento significativo de receita nesta rubrica.



<sup>10</sup> Para a elaboração da tabela foram utilizados os dados disponíveis no SIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais)

	2015	2014	Cresc.
<i>Receitas Correntes</i>	6 365 000 €	5 689 759 €	11,87%
<i>Receitas de Capital</i>	1 375 000 €	1 710 241 €	-19,60%
<b>Total</b>	<b>7 740 000 €</b>	<b>7 400 000 €</b>	<b>4,59%</b>
<i>Despesas Correntes</i>	5 412 880 €	5 053 850 €	7,10%
<i>Despesas de Capital</i>	2 327 120 €	2 346 150 €	-0,81%
<b>Total</b>	<b>7 740 000 €</b>	<b>7 400 000 €</b>	<b>4,59%</b>

Tabela 10: Previsão Orçamental

### 5.1. RECEITA

No que diz respeito à rubrica da **Receita**, na componente de **Receita Corrente** estima-se um aumento na ordem dos 11,87%, o que representa um montante de 675.241€. A variação positiva desta rubrica deve-se essencialmente ao aumento ao nível dos *Impostos Diretos*, 14,85%, resultante do aumento de receita ao nível da Derrama, e das *Transferências Correntes*, 6,46%. Prevê-se ainda um acréscimo exponencial na rubrica *Outras Receitas Correntes* reflexo da alteração da metodologia de recuperação do IVA.

Em contrapartida, prevê-se um decréscimo nas rubricas *Impostos Indiretos* e *Taxas, Multas e Outras Penalidades* com respetivamente 15,37% e 9,38%, ao nível da receita corrente.

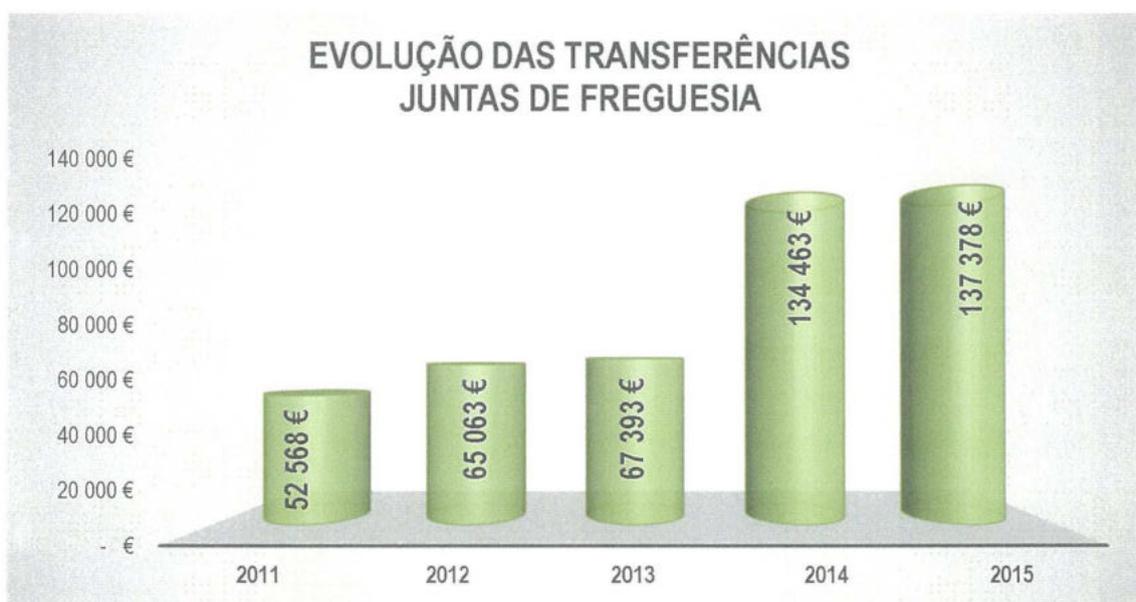
No que concerne à **Receita de Capital**, está previsto um decréscimo na ordem dos 19,15% que representa um montante de 335.241€ quando comparado com o valor orçamentado para o ano de 2014. Este decréscimo justifica-se em parte pela redução da rubrica *Transferências de Capital*, que sofreu uma diminuição na ordem dos 19,15%, o que se traduz num montante de 287.146€, quando comparado com o ano anterior.

### 5.2. DESPESA

Quando olhamos para o campo da **Despesa**, verificamos que a **Despesa Corrente** teve uma variação positiva em cerca de 7,10% em relação ao ano anterior. Uma das rubricas que contribuiu para este aumento foi a das *Transferências Correntes* que tiveram uma variação positiva na ordem dos 27,01%. O crescimento verificado na rubrica das *Transferências Correntes* reflete o reforço

das transferências para as *Famílias*, para as *Instituições sem Fins Lucrativos* e para as *Juntas de Freguesia*, com respetivamente 58,49%, 21,19% e 2,17%.

No que respeita à transferência para as *Famílias* foi feito um reforço da rubrica em cerca de 58,49% face ao ano anterior, o que representa um montante de 31.000€. Este aumento deve-se às políticas adotadas, no âmbito dos regulamentos municipais de apoio à fixação de jovens e famílias, de apoio aos estratos sociais desfavorecidos e de atribuição de bolsas de estudo. O acréscimo do valor transferido para as *Instituições sem Fins Lucrativos* reflete em parte, o apoio previsto no regulamento de apoio à fixação de jovens e famílias, no que se refere ao pagamento integral da creche a todas as crianças cujos pais residam no concelho.





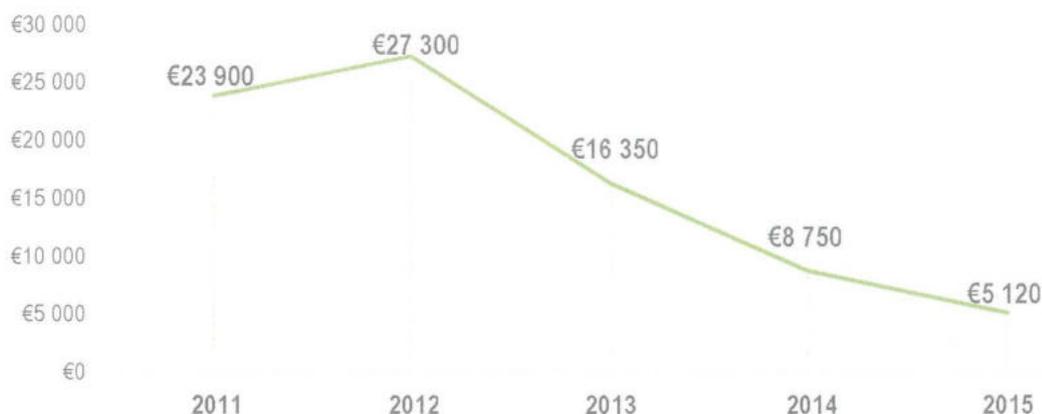
Analisando o gráfico das *Despesas com Pessoal*, verificamos que a despesa com esta rubrica manifestou uma tendência para o decréscimo, de 2011 a 2013, excetuando-se os anos de 2014 e 2015.

Pre vemos que esta despesa sofra um ligeiro aumento na ordem dos 0,41% face a 2014, que resultou essencialmente do acréscimo dos encargos com as contribuições do Município para com o regime de proteção social dos trabalhadores (CGA) e das prestações sociais de saúde, tendo mesmo reduzido os custos diretos com o pessoal em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado.

O decréscimo que se verifica no gráfico, ao nível das despesas com pessoal, reflete as sucessivas imposições do Orçamento de Estado no sentido de reduzir o número de trabalhadores nas autarquias locais, no mínimo 2% ao ano. No entanto, e para 2015, o município de Vila Velha de Ródão não está sujeito à imposição prevista no artigo 63º da proposta de lei do Orçamento de Estado, uma vez que os níveis de endividamento deste não ultrapassam os limites previstos no artigo 52º da lei nº73/2013, de 3 de setembro.

Ainda no campo das **Despesas Correntes**, importa referir que se prevê uma diminuição na ordem dos 41,49% na rubrica *Juros e Outros Encargos*, dando continuidade ao sentido descendente que se tem vindo a registar desde 2012.

## EVOLUÇÃO DA DESPESA JUROS E OUTROS ENCARGOS



Quando olhamos para a rubrica das **Despesa de Capital** verificamos que esta teve uma variação negativa em cerca de 0,81% face ao ano anterior.



A rubrica que mais contribui para esta diminuição foi a das *Transferências de Capital* que sofreu uma redução na ordem dos 44,60%, a que corresponde um montante de 89.200€, face ao ano anterior.

Importa ainda referir que a rubrica *Aquisição de Bens de Capital* registou um ligeiro aumento de 3,76% face ao ano anterior, a que lhe corresponde um montante de 72.050€. Esta rubrica inclui as classificações económicas que dizem respeito ao Plano Plurianual de Investimentos, refletindo, para 2015, um ligeiro incremento ao nível do investimento.



A rubrica dos *Passivos Financeiros*, compreende as operações financeiras, de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, de garantias. Esta rubrica sofreu uma redução na ordem dos 28,76%.

### 5.3. EVOLUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL

Como podemos observar no gráfico, o Plano de Atividades Municipal tem vindo em rota descendente nos últimos três anos, tendo apenas, em 2014, iniciado uma escalada positiva, registando-se um aumento significativo na ordem dos 13,59%. Em 2015 o executivo pretende manter esta rota ascendente, ainda que o aumento seja mais modesto e que fica apenas nos 1,88%.

A classe que mais contribui para este aumento foi a classe **Funções Económicas**, registando um aumento em cerca de 33,01% face ao ano anterior. Este aumento justifica-se pelo reforço da rubrica *Outras Funções Económicas* no montante de 115.000€, com vista à promoção do território de Ródão como um território de excelência.



## 6. RÁCIOS FINANCEIROS

RÁCIOS	2015	2014
<i>Impostos Diretos/Receitas Correntes</i>	11,26%	10,97%
<i>Transf. Correntes/Receitas Correntes</i>	70,01%	73,56%
<i>Receitas Correntes/Receitas Totais</i>	82,24%	76,89%
<i>Despesas de Pessoal/Receitas Correntes</i>	39,05%	43,51%
<i>FEF+FSM+IRS/Despesas Totais</i>	48,63%	46,63%
<i>Despesa Corrente/Receita Corrente</i>	85,04%	88,82%
<i>Despesas de Capital/Receitas de Capital</i>	169,25%	137,18%
<i>Despesas de Pessoal/Despesas Correntes</i>	45,92%	48,98%
<i>Despesas Correntes/Despesas Totais</i>	69,93%	68,30%
<i>Investimentos/Despesas de Capital</i>	90,23%	90,23%

Tabela 11: Rácios Financeiros

## 7. MAPA DE PESSOAL 2015

Por força das restrições orçamentais e de recrutamento, que têm marcado a gestão municipal, e a exemplo do que tem acontecido nos últimos anos, se mantêm, continuaremos por isso a apostar numa gestão rigorosa e valorização dos recursos existentes.

Na proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2015, a medida de redução em 2% do número de trabalhadores, face aos existentes em 31 de dezembro de 2014, já não é obrigatória para todos os municípios. Contudo, é esperada, por parte da administração central, uma redução do número de trabalhadores autárquicos através do regime de requalificação (ex-mobilidade), pela aposentação ou através dos programas de rescisões.

Atentos às dificuldades e às imposições da administração central, o mapa de pessoal deste município está, naturalmente, marcado por esta conjuntura, procurando restringir as necessidades de recrutamento ao mínimo indispensável para fazer face às necessidades e desafios que o Município terá de enfrentar ao longo do ano.

Da reestruturação orgânica decorrente da imposição da lei nº 49/2012 de 29 de agosto, houve lugar a uma redução das comissões de serviço dos cargos de direção intermédia em cerca de 80%, ficando apenas uma comissão vigente para 2015.